



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juiz de Direito Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N
Bairro - Centro Cidade - Nossa Senhora Aparecida



201582200168

PROCESSO....: 201582200011 (Físico)

NATUREZA....: Ação de Rito Sumário

Autor.....: VALDOMIRO SILVA NUNES

Reu.....: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

DIGITALIZAÇÃO
03 MAR 2015
IMPRESSORA 1

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-o(a) de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Finalidade: Comparecer neste Juiz à audiência de conciliação, sob pena de, na ausência injustificada, reputar-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 277, §2º e 319 do CPC). Não sendo obtida a conciliação, oferecerá a parte ré, na própria audiência, DEFESA ESCRITA ou ORAL, na forma do art. 278 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: SEGUE EM ANEXO

Data e horário da audiência: 20/04/2015 às 09:10, **Lugar:** FÓRUM DE N S APARECIDA

20150169839-65

Atenciosamente,

Alberlito Andrade Silva
Escrivão(á)/Chefe de Secretaria/Subsecretário
Documento assinado eletronicamente

Ilmº (a) Sr(a)
Nome : SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 74
Bairro : CENTRO C.E.P: 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ

MDD0810

20150169839-65



JJ310504195BR



JACQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7.792

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA
DE RIBEIRÓPOLIS/ DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA SENHORA
APARECIDA /SE**

VALDOMIRO SILVA NUNES, brasileiro, maior, capaz, lavrador, portador do RG nº 1073844, SSP/SE, e CPF nº 588.022.075-34, residente e domiciliado no Povoado Algodão, município de Nossa Senhora Aparecida/SE, CEP 49 540-000, vem por sua advogada firmada *in fine*, com procuração em anexo, e escritório profissional situado na Avenida Abdon José Barreto, nº 704, município de Nossa Senhora Aparecida/SE, CEP 49 540-000, onde receberá intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

Em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09 248 608/0001-04, com Avenida Abdon José Barreto, nº 704. Nossa Senhora Aparecida-SE. CEP: 49 540-000
E-mail: jacquelinesantanaadv@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA

OAB/SE 7152

endereço à Rua Senador Dantas, nº 74, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-205 por razões de fato e de direito a seguir delineados:

BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor requer que seja concedido o benefício de JUSTIÇA GRATUITA, com fulcro na lei 1.060/50, e nas alterações introduzidas pela lei 7.510/86, tendo em vista que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometer a manutenção própria.

DOS FATOS

No dia 11/08/2014, às 10h00min, o Requerente estava na motocicleta HONDA/CG 150 TITAN ESD, Placa OEL 5142, CHASSI: 9C2KC1650DR306239, em nome de JOSEVALDO ARCANJO DOS SANTOS, trafegando pela Rodovia Estadual que interliga a cidade de Monte Alegre/Se à cidade de Nossa Senhora da Glória/Se, nas proximidades do 'Braço da Cruz', quando se deparou com um buraco na via, perdeu o equilíbrio da citada motocicleta e foi arremessado ao solo, fato que lhe ocasionou lesões corporais, mais especificamente, fratura na mão esquerda, conforme relatório médico em anexo.

Em virtude das lesões sofridas, o Requerente foi submetido a tratamento no Hospital Regional de Nossa Senhora da Glória/Se, e, posteriormente, encaminhado a um Hospital, em Aracaju/Se, para ser realizado procedimento cirúrgico, de acordo com documentos em anexo.

Avenida Abdón José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE, CEP: 49 540-000

E-mail: jaquelinesantanaadv@hotmail.com

Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA
OAB/SE 7192

Diante de seu estado, precisando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento, assim como para garantir a sua subsistência, decidiu requerer o benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Em ato contínuo, após requerer junto à referida seguradora a indenização correspondente à lesão sofrida, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT disponibilizou o pagamento referente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em 29/09/2014. No mais, o Requerente insatisfeito com a quantia paga, por ser desproporcional à lesão sofrida, decidiu recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal.

DO DIREITO

Inicialmente, há que se esclarecer que não se discute o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se ao valor devido, sendo que a seguradora só pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em 29/09/2014, conforme documento em anexo.

Todavia, a disposição contida no art. 3º, inc. II, da Lei 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, que causarem invalidez, a indenização é de até 13 500,00 (treze mil e quinhentos reais). Vejamos *in verbis*:

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE, CEP: 49.540-000
E-mail: jaquelinesantansady@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SP 7192

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II- até 13 500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.

Entretanto, o Requerente desta lide, ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor muito inferior ao que deveria receber. Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor muito inferior ao seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP.

Desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, entretanto os Tribunais já tem se posicionado quanto à questão:

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA
OAB/SP 7192

pericia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei 8 441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML.

**STJ- RECURSO ESPECIAL 1170587 PR
2009/0236573-1**

DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ. “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ.

Com base na súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com a o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizada um exame pericial para auferir tal grau.



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7392

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.

Desta feita, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez, o qual será constatado por meio de exame pericial.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER:

- O benefício da justiça gratuita;
- A notificação da Requerida para apresentar defesa, sob pena de revelia;
- Que seja designado perito, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão;
- Ao final, seja a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT que a Douto Magistrado entender pertinente, a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos, e conforme o disposto no art. 3º, inc. II, da Lei 6194/74;



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS

ADVOGADA
OAB/SE 7192

➤ Que seja a Requerida condenada ainda ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, e em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, e demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Nossa Senhora Aparecida/SE, 07 de janciro de 2015.

Jaqueline Santana dos Santos

OAB/SE 7192



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida-SE, CEP: 49 540-000
E-mail: jagueelinesantanaadv@hotmail.com
Telefone p/contato: (79) 9902-2052



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medeiros, S/N - Centro

Integra do Movimento

Processo nº 201582200011

DESPACHO

Recebo emenda à inicial.

1- Defiro a gratuidade judiciária.

2- Nos termos do art. 277 do CPC, CITE-SE a parte requerida a fim de comparecer à Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 20/04/2015, às 09:10 horas, neste fórum.

3 - **Adverte-se(a) ré(u) que, não havendo conciliação entre as partes, deverá apresentar resposta por ocasião daquela assentada, bem como indicar as provas que pretende produzir, apresentando desde logo roteiro de testemunhas, se for o caso.**

3- Frustrada a conciliação e apresentada defesa pelo réu, intime-se autor, por ato ordinatório, para oferecer réplica bem como informar se pretende produzir outras provas, arrolando desde já as testemunhas, se for o caso.

Intimações necessárias. Providências de praxe.

Ribeirópolis/SE, 03/02/14

Sérgio Fortuna de Mendonça
Juiz de Direito Substituto

VÍTIMA VALDOMIRO SILVA NUNES

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Sabemi Seguradora S/A

REGULADORA REGDATA Reguladora de Seguros Ltda

BENEFICIÁRIO VALDOMIRO SILVA NUNES

CPF/CNPJ: 58802207534

Posição em 22-10-2014 12:01:03

Indenização creditada em 29/09/2014, no valor de R\$ 2.362,50, em banco e conta de titularidade do beneficiário, conforme autorização de pagamento assinado pelo mesmo.



JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS
ADVOGADA
OAB/SE 7192

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

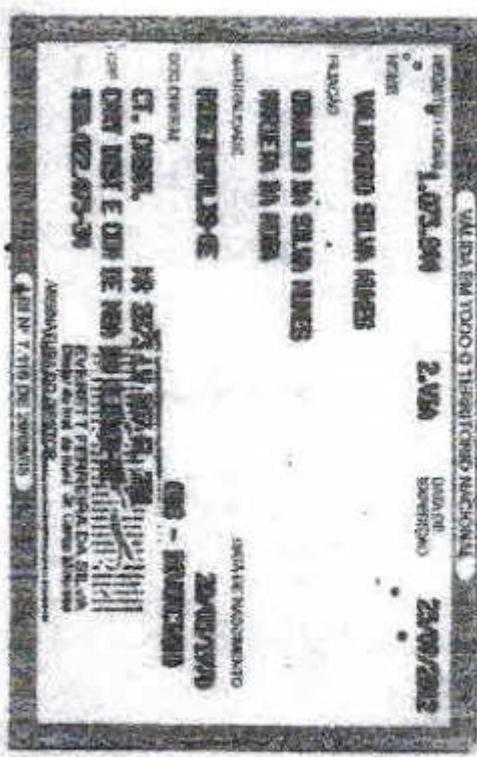
NOME: Valdomiro Silva Nunes
NACIONALIDADE: brasileiro ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: lavrador RG: 1 073 844 CPF: 588 022 075-34
ENDERECO: Povoado Algodão
N. Sra. Aparecida/SE, CEP 49540-000

OUTORGADA: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Sergipe, sob o número 7192, com endereço profissional na Avenida Abdon José Barreto, nº 704, Nossa Senhora Aparecida/SE.

PODERES: Para o Foro em geral "AD JUDICIA", constantes da cláusula "AD JUDICIA EXTRA", e mais os especiais de transigir, desistir, fazer acordos, endossar, prestar declarações, sustentação oral ou verbalmente os requerimentos da outorgante, promover ação de qualquer natureza, assim como medidas cautelares e/ou preparatórias, requerer certidões, recorrer à última instância, substabelecer esta, com ou sem reservas de poderes, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromisso, receber dinheiro ou valores, nomear bens a penhora, passar recibos e dar quitações, requerer e prestar primeiras e últimas declarações e tudo mais que se faça necessário ou útil ao fiel desempenho do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Nossa Senhora Aparecida-SE, 02 de Janeiro de 2014.

X Valdomiro Silva Nunes





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2014/06570.0-000678

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Endereço: RUA DA PALMA, CENTRO FONE: (0) 3411-1356 EMAIL: depol.nsgloria@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 11/08/2014 - 09:30 até 11/08/2014 - 10:00

Endereço: RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE Número: Complemento: CEP: 49680-000

Bairro: Centro Cidade: NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE Circunscrição: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE N. SRA DA GLÓRIA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Melo Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: VALDOMIRO SILVA NUNES

Nome do pai: OSVALDO DA SILVA NUNES Nome da mãe: MARIETA DA MOTA

Pessoal: Física CPF/CGC: 588.022.075-34 RG: 10738444 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: RIBEIRÓPOLIS Data de nascimento: 20/03/1970 Sexo: Masculino Cor da pele: Branca

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau incompleto

Endereço: Povoado ALGODÃO Número: SN Complemento: CASA

CEP: 49.680-000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: NOSSA SENHORA APARECIDA UF: SE

Proximidades: VIZINHO AO BAR DE LOUDES Telefone: 99982026

HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE É PROPRIETÁRIO DE UMA MOTOCICLETA MARCA HONDA/MODELO CG 150 TITAN ESD/ANO 2013, PLACA QEL5142, CHASSI 9C2KC1650DR308239, COR PRETA, EMPALACADA EM NOME DE JOSEVALDO ARCANJO DOS SANTOS, CPF 019.249.105-94. QUE NO DIA E HORA ACIMA SUPRACITADOS CONDUZIA SUA MOTOCICLETA NA RODOVIA QUE LIGA GLÓRIA A MONTE ALEGRE COM DESTINO A ESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, MOMENTO EM QUE NO BRAÇO DA CRUZ TINHA UM BURACO E O NOTICIANTE PERDEU O EQUILÍBRIO, SENDO ARREMESSADO AO CHÃO, LESIONANDO-SE FISICAMENTE. QUE FOI SOCORRIDO POR CONHECIDOS E LEVADO AO HOSPITAL REGIONAL DESTA CIDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA E LOGO EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE ARACAJU-SE PARA SER REALIZADA A CIRURGIA NO DEDO POLEGAR DA MÃO ESQUERDA; QUE REGISTRA ESTE BO AFIM DE ALCIONAR O SEGURO DPVAT.

Data e hora da comunicação: 29/08/2014 às 09:43

Última Alteração: 29/08/2014 às 09:43

abdevarizo/zel/H. Vilela

LBB

VALDOMIRO SILVA NUNES
Responsável pela comunicação

Larissa Lorrana Lima Barreto
Responsável pelo preenchimento

(-/-) altergico

MS/DATASUS	HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLORIA		
No. DO BE: 90683	DATA: 11/08/2014 HORA: 17:47 USUARIO: MESILVA		
CNS:	SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO		
IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	VALDOMIRO SILVA NUNES		
IDADE.....	44 ANOS	NASC:	20/03/1970
ENDERECO.....	POVOADO ALGODAO		
COMPLEMENTO....	CASA	BAIRRO: ZONA RURAL	
MUNICIPIO.....	NOSSA SENHORA APARECIDA		
NOME PAI/MAE...	OSVALDO DA SILVA NUNES		
RESPONSAVEL...	O MESMO		
PROCEDENCIA...	NOSSA SENHORA DE APARECIDA-SE		
ATENDIMENTO....	DOR	PLANO DE SAUDE.....	NAO
CASO POLICIAL..	NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	NAO
ACID. TRABALHO:	NAO	TRAUMA:	NAO
PA: [120 x 80 mmHg]	PULSO: []	TEMP.: []	PESO: []
EXAMES COMPLEMENTARES:	[] RAIOS X	[] SANGUE	[] URINA
	[] LIQUOR	[] ECG	[] ULTRASSONOGRAFIA
SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			
DADOS CLINICOS:			
DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___			

19.20. *transfusao por 1000 ml de*
ANOTACOES DA ENFERMAGEM: *deve ser feita no unico*
edema no MSE-G *Alma 979383*

DIAGNOSTICO:	PRESCRICAO	HORARIO DA MEDICACAO
<i>O R. do gozo fo. d. m. en fudo (2 poras)</i>		<i>1000 ml de</i> <i>1000 ml de</i> <i>1000 ml de</i>
DATA DA SAIDA:	/ /	HORA DA SAIDA:

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATO

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL



ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

VALENÇA

ADVOGADOS

Advogados da Família e do Trabalho

SALVADOR / BA

Av. Presidente Dutra, 1000 - Centro
Cidade da Bahia - BA - CEP 40140-000
(+55 71) 3244-1919
www.valencaadvogados.com.br

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA- SERGIPE.

CÓPIA

Processo: 202582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT 5/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 092486080001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, por seus advogados *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante do timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar:

CONTESTAÇÃO

Aos termos da AÇÃO DE COBRANÇA proposta por **VALDOMIRO SILVA NUNES**, pelos argumentos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos.

1- INICIALMENTE

1.1-Das comunicações processuais

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome da Bela. Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez, OAB/SE 631-A, sob pena de nulidade insanável.

1.2 - Resumo da inicial

Afirma a parte autora em sua exordial que foi vítima de acidente de trânsito em 11/08/2014, que resultou em invalidade permanente. Requereu então, por via administrativa, a indenização por invalidade permanente decorrente do seguro DPVAT, alegando obter o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Inconformado com a quantia recebida, ajuizou a presente demanda, pleiteando o recebimento da indenização complementar, levando em consideração o valor do teto legal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Porém como restará demonstrado nesta peça de bloquio, tal pleito não merece prosperar.

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 423917 - AGF DESEMBARGADOR MAYNARD
- SE
ARACAJU
CNPJ...: 06009958000120 Ins Est.: 271380225

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 16/03/2015 Hora.....: 17:06:05
Caixa.....: 62403740 Matricula.: 6640*****
Lancamento.: 008 Atendimento: 00055
Modalidade.: A Vista

DESCRCAO	QTD.	PRECO(R\$)
SERVICO PROTOCOLO P	1	16,20
Valor do Porte(R\$) .: 16,20		
Cep Destino: 49540-000 (SE)		
Peso real (KG).....: 0,192		
Peso Tarifado:.....: 0,192		
OBJETO.....: SF022953074BR		
Obj Postado aps horario lim post ag. DH (
Depois da Hora)		
N Processo: 20158220001		
Orgao Destino: SE		



Valor Declarado nao solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, faça seguro,
declarando o valor do objeto.

VALOR EM DINHEIRO(R\$):	16,20
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	16,20

Obj Postado aps horario lim post ag. DH (

Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Entrega sujeita a atrasos em virtude da
grave dos caminhoneiros - CAC - Capitais e
Reg Metrop. 30030100 Demais Loc: 08007257282

VIA-CLIENTE SARA 7,2.00

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA APARECIDA- SERGIPE.

Processo: 201582200011

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 092486080001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar – Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, por seus advogados *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante do timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar:

CONTESTAÇÃO

Aos termos da AÇÃO DE COBRANÇA proposta por **VALDOMIRO SILVA NUNES**, pelos argumentos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos.

1- INICIALMENTE

1.1-Das comunicações processuais

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome da Bela. **Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez, OAB/SE 631-A, sob pena de nulidade insanável.**

1.2 - Resumo da Inicial

Afirma a parte autora em sua exordial que foi vítima de acidente de trânsito em **11/08/2014**, que resultou em invalidez permanente. Requereu então, por via administrativa, a indenização por invalidez permanente decorrente do seguro DPVAT, alegando obter o pagamento no valor de R\$ 2362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Inconformado com a quantia recebida, ajuizou a presente demanda, pleiteando o recebimento da indenização complementar, levando em consideração o valor do teto legal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Porém como restará demonstrado nesta peça de bloqueio, tal pleito não merece prosperar.

2- PRELIMINARMENTE

2.1- Da Inépcia da inicial: Da ausência de documentação indispensável à propositura da demanda – Laudo pericial do IML – art. 5º, § 1º e §4º, da Lei 6.194/74

Para a efetiva verificação dos elementos do sinistro, deve-se analisar, atentamente, se pela parte Autora foi apresentada toda a documentação indispensável à propositura da demanda, considerando o art. 283 do Código de Processo Civil, bem assim o art. 5º, § 1º, a, da Lei 6.194/74.

A demonstração destes documentos, conforme se infere, é condicionante para o recebimento da indenização referente ao seguro DPVAT. A legislação determina que a não apresentação, seja do Boletim de Ocorrência ou do laudo do IML, impossibilita formalmente atestar a ocorrência do acidente e o nexo de causalidade com as consequências apontadas e, até mesmo, o local do acidente que define a competência territorial para julgamento da demanda.

No caso de alegada invalidez, faz-se necessária a apresentação do laudo do IML detalhando as eventuais lesões corporais e constituindo meios de prova do que se alega. Entremes, a parte Autora não apresentou o citado documento, indicando a realização da perícia e, conseqüentemente, impossibilitando a aferição da dita lesão.

Diante dos fundamentos acima, configurada está a ausência de documento essencial à propositura da demanda, devendo ser extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC. Se assim não entender o julgador, deve considerar no mérito que o autor não fez prova de suas alegações.

2.2- Da carência de ação – falta de interesse de agir

Quando registrar que, como ato jurídico perfeito, o pagamento configura-se imodificável e possui presunção de validade. Portanto, a quitação dada pela parte Autora, na esfera administrativa, não carrega qualquer vício que indique a sua nulidade e, desta forma, permanece plenamente eficaz, sobretudo considerando que tal ato jurídico, por ser perfeito, deve contar com a segurança jurídica que lhe é afeta.

A Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 6º, §1º, conceitua o ato jurídico perfeito. Como tal, o pagamento efetivado somente poderia ser desconstituído por meio de decisão judicial, proferida em ação direcionada a esta finalidade. Neste sentido, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal:

"Se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluam dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por

efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)¹

Verifica-se, pois, a inexistência de qualquer manifestação da parte Autora acerca de vícios no pagamento dantes concretizado, restando inabalado o reconhecimento da quitação da indenização decorrente do seguro DPVAT. Neste passo, evidencia-se a ausência de interesse de agir da parte Autora, de tal forma que o presente processo deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, com fulcro nos arts. 3º e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

3- MÉRITO

3.1- Da legislação aplicável - Lei 11.945/2009

A parte autora faz seu pleito olvidando-se das regras de cálculo para indenização por invalidez permanente introduzidas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, embora tal tema já tenha sido debatido e afastado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4.350, realizado no dia 23 de outubro de 2014.

No que toca a suposta inconstitucionalidade formal na edição da MP 451/2008, não subsistiria, visto que foi esta convertida na Lei 11.945/2009 e, deste modo, os eventuais vícios existentes, restaram sanados com a conversão, conforme entendimento jurisprudencial já pacificado (ADI nº 1.721, Rel. Min. Carlos Britto, julgamento em 11/10/06, DJ de 29/06/07).

Ademais, a nossa Suprema Corte admite o exame jurisdicional do mérito dos requisitos de relevância e urgência na edição de medida provisória apenas em casos excepcionalíssimos, e, especificamente sobre a MP 451/2008, entendeu o Nobre Relator da citada ADI 4.350, o Senhor Ministro Luiz Fux, que ***"os temas veiculados pelas regras combatidas são de inegável relevância social e sua disciplina exige uma atuação urgente do Poder Executivo"***.

Ao realizar o julgamento da ADI 4.350, entendeu o Ministro Luis Fux que, não se entrevê, ao longo dos dispositivos impugnados, qualquer ofensa à Constituição quando se fixa legalmente a quantia devida em razão do acidente de trânsito proporcional ao grau da lesão, através da tabela de cálculo da indenização do Seguro Obrigatório.

Além disto, entende-se que os critérios adotados pelo Legislador, que considerou o grau da incapacidade funcional para se determinar o valor devido, são razoáveis e dentro do parâmetro aceitável. Dessa forma, de acordo com o voto do Nobre Relator da ADI 4.350, não há loteamento do corpo humano com a aplicação da tabela de graduação, mas apenas uma preocupação recomendável com o pagamento justo ao acidentado.

Por outro lado, ressalta-se que o STJ tem se posicionado no sentido de reconhecer a aplicação da tabela determinada pela Lei 11.945/2009, conforme julgado colacionado abaixo:

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.

1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente.
2. Recurso conhecido e improvido. (REsp nº 1.101.572/RS- Recurso Especial 2008/0251090-0. Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 25.11.2010)

¹STF, RE n.º 93.861-3/RJ, Rel. Min. Clovis Ramalhete.

Ainda, foi editada a Súmula 474 do STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Isso porque, no plano material, não se vislumbra a inconstitucionalidade da Lei 11.945/2009, uma vez que não há um fundamento concreto para se defender qualquer violação aos preceitos constitucionais, em especial ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Primeiro** porque se feriria o princípio constitucional se, e somente se, deixasse de pagar os adequados e razoáveis valores àqueles acometidos de invalidez em decorrência de acidente de trânsito. Por outro lado, o que se extrai das alterações legislativas é a aplicação imediata e objetiva dos princípios da ponderação e da proporcionalidade. **Segundo**, pois a referida lei estabelece meios de prover a segurança jurídica dos segurados à medida que objetivamente define o valor indenizatório conforme a lesão sofrida, não havendo espaço para qualquer celeuma, uma vez que o valor das indenizações para o seguro está expressa em lei, em quantia certa e determinada, de maneira que duas pessoas vitimadas da mesma lesão receberão o mesmo quantum indenizatório. Na medida em que a tabela é aplicada corretamente, tem-se o real cumprimento do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, deixando claro que a tese do autor é descabida.

Resta claro que a pretensão autoral não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio, mesmo porque a redação do inciso II do art. 3º da lei de regência, estabelece que a indenização decorrente de invalidez não é estanque e baseada em valor fixo integral, como a de morte. Caso assim o fosse, o legislador não optaria pela utilização da palavra **ATE** antes do valor. Tal conclusão é indubitável, pois se sabe que a invalidez permanente pode ser total ou parcial, e nestes casos, completa ou incompleta.

Além do que, pode atingir membros e sentidos diferentes, gerando maiores ou menores dificuldades na vida da pessoa lesionada. Nisto não incorre em equívoco a supramencionada lei, ao passo que observa os princípios da Igualdade e da Isonomia, de forma que danos menores, a exemplo da perda funcional completa do menor dedo da mão, não podem ser tratados igualmente à perda funcional completa de ambos os membros superiores e inferiores. Afirmar o contrário seria desconsiderar os princípios constitucionais da ponderação e isonomia, além de desvirtuar o ônus dos valores da justiça.

Desta forma, de acordo com a ADI 4.350, a Lei 11.945/2009 é constitucional sendo devida a aplicação de cálculo das indenizações requeridas às Seguradoras participantes do Consórcio DPVAT através do enquadramento na tabela incorporada à Lei 6.194/74 e aplicação de grau de invalidez conforme seu art. 3, § 1º, como se verá adiante.

3.2- Da Graduação Da Invalidez - Sua Quantificação

O seguro DPVAT tem orientação diversa daquela que norteia a Seguridade Social, uma vez que o INSS, na avaliação da aposentadoria por invalidez, considera critérios biopsicossociais para a aferição da incapacidade laboral, ao passo que o sistema DPVAT considera como invalidez a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão.

Até a edição da MP 451/08, convertida na Lei 11.945/09, a quantificação das lesões era regulamentada pela Circular do CNSP nº 029/91, por competência delegada pelo art. 36, alínea "c", do Decreto-Lei 73/66. Trata-se matéria já pacificada, conforme voto vencedor da Ministra Nancy Andrighi, no Resp. 1.101.572/RS, STJ.

No caso vertente, ocorrido o acidente durante a vigência da Lei 11.945/09, o cálculo do **grau de invalidez** obedece ao seguinte parâmetro:

Lei 11.945/09

[...] § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O cálculo da indenização obedece, portanto, à seguinte equação:

teto x enquadramento na tabela x percentual da perda apurado

Ressuma evidente que a existência da lesão e do nexo causal não implica, automaticamente, no direito à percepção do teto indenizatório, mas somente no valor apurável, após a correlação objetiva do grau e extensão da lesão ao disposto na tabela aplicável.

E não poderia ser de modo diferente, sob pena de violação do **princípio constitucional da isonomia**. A distinção legal entre a invalidez total e a parcial decorre de imperativo da justiça distributiva, favorecendo em maior proporção econômica aquele que experimentou a maior lesão física definitiva. Destarte, a fixação de índices e tabelas é um requisito objetivo para que o sistema funcione com o mínimo de interferência subjetiva.

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 19/06/2012, elaborou o enunciado de **súmula nº 474**, asseverando a necessidade de quantificação do grau de invalidez, aferida por meio de prova pericial: **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

No caso vertente o autor alega ter sofrido invalidez na mão esquerda, que por sua vez, possui o seguinte enquadramento na tabela vigente:

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou uma das mãos – 70%

No caso concreto, foi apurado administrativamente, através de perícia médica realizada pelo Dr. Dorian Braga Saraiva, CRM 52.32571-1, conforme laudo administrativo em anexo, que a lesão na mão esquerda foi de grau leve (25%), tendo-se o seguinte cálculo:

$$(13.500,00) \times (70\%) \times (25\%) = R\$ 2362,50$$

Nessa toada, verifica-se que o valor pago pela Seguradora está em consonância com as normas vigentes, não havendo complementação devida. Ressalte-se, ainda, que entendendo a parte Autora ser devida qualquer complementação, tem ela o ônus da prova correspondente, do qual não se desincumbiu no caso concreto.

3.3- Da insuficiência de provas - Necessidade de perícia médica

Considerando a necessidade de averiguação da invalidez permanente e o seu percentual de extensão, quadra pleitear a produção de prova pericial, a ser concretizada pelo Instituto Médico Legal, consoante capitulado no art. 5º, § 5º, Lei 6194/74, modificada pela Lei 8.441/92.

Nessa toada, transcreve-se a decisão judicial prolatada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em sede do Agravo de Instrumento nº 0633358-4 (Rel. Des. Valter Ressel), cujo acórdão foi publicado em 23.11.2009:

"[...] Veja-se ainda que o próprio autor, na inicial, fez requerimento, não de que fosse realizada perícia por médico particular, mas de que, na forma do art. 5º da Lei 6.194/74, a perícia fosse feita junto ao IML. Confira-se: "V - DA PERÍCIA. O art. 4º parágrafo 5º, da lei 6.194/74, prevê a perícia complementar, em vítimas inválidas de acidente de trânsito; Desta forma, fica requerida a perícia junto ao IML local, para que esclareça se há invalidez no autor em decorrência do acidente sofrido" (f. 20-TJ).

3.4. Diante disso, não vejo sentido na designação, pelo juízo a quo, de perito particular para realização da perícia, já que a lei tem previsão específica em sentido diverso.

Em caso análogo de minha relatoria, julgado recentemente, esta 10ª Câmara Cível aplicou esse mesmo entendimento, como se pode conferir da ementa, assim posta:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO (DPVAT). DECISÃO QUE INVERTE O ÔNUS DA PROVA E TRANSFERE À SEGURADORA O DEVER DE PROVAR A AUSÊNCIA DE INVALIDEZ DO SEGURADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO, POR NÃO SE TRATAR DE RELAÇÃO DE CONSUMO A JUSTIFICAR A APLICAÇÃO DO CDC. SEGURO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA DE AUTONOMIA DA VONTADE. ÔNUS DO AUTOR DE FAZER PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (CPC, 333, I DO CPC). EXAME DE INVALIDEZ QUE DEVE SER REALIZADO PELO IML, A TEOR DO QUE DISPÕE A LEI 6.194/74 E CONFORME REQUERIDO NA INICIAL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO." - j. em 08 de outubro de 2009, participaram do julgamento os Juízes Substitutos de 2º Grau Vitor Roberto Silva e Albino Jacomel Guérios.

4. À LUZ DO EXPOSTO, com amparo no art. 557, § 1º-A do CPC, DOU PROVIMENTO ao presente recurso, para reformar a decisão agravada e determinar que a perícia seja realizada pelo IML. [...]"

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 19/06/2012, pacificou o entendimento, elaborando o enunciado de **súmula nº 474: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."**

Portanto, requer-se que a prova pericial requestada seja realizada pelo IML, ex vi do art. 5º, § 5º, Lei 6194/74, modificada pela Lei 8.441/02. Se, porventura, assim não compreender este Julgador, o que se admite para argumentar, requer seja nomeado perito judicial e a Seguradora intimada para providenciar o depósito dos honorários pertinentes, estipulados em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, **tendo como parâmetro a Resolução CNJ 127/2011, e a Resolução nº 35/2006, do TJSE.**

Por fim, apresentam-se os quesitos, para apreciação e resposta pelo perito, quais sejam:

- a) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- b) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- c) A citada invalidez atinge que órgão, membro, função ou sentido? Descreva a lesão constatada.
- d) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
- e) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado ou redução funcional no órgão, membro, função ou sentido lesionado?
- f) Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
- g) Sendo negativa a resposta ao item "f", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

3.4-Dos juros legais e da correção monetária

Sendo certa a afirmativa de que os JUROS DE MORA correspondem à sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida e, ainda, que o devedor só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia, conclui-se que, antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.

Com efeito, a mora inexiste se ao devedor não foi imputado fato ou omissão a que tenha dado causa (Código Civil, Art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, Art. 398).

Desta feita, não tendo a Seguradora praticado qualquer ilicitude, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, a partir da citação inicial, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil. Ainda, este é o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: "**SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.**"

Acerca da correção monetária, espera a Seguradora que esta seja aplicada utilizando-se como parâmetro de correção o INPC-IBGE e que se considere, como termo inicial, a data da propositura da presente demanda, em observância ao disposto da lei nº 6.899/81. Neste sentido:

"**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SI SÓ NÃO GERA DANO MORAL.** Pelo fato descumprimento contratual, somente em casos excepcionalíssimos autoriza indenizar

danos extrapatrimoniais. Caso concreto em que a pretensão da autora se esteia na negativa da ré ao pagamento do seguro obrigatório que, embora lhe possa ter trazido dissabores, não passa de fato do cotidiano razão porque é indevido. A indenização securitária não pode ser corrigida monetariamente, pena de duplidade, posto que, nos termos da lei extravagante deve ser fixada em salários mínimos e paga com base no valor vigente à época do pagamento. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 6% ao ano até a data em que entrou em vigor o novo Código Civil de 2002, e a partir de então, no percentual de 1% ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste Código, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN. APELO DA RÉ PROVIDO EM PARTE. APELO DA AUTORA IMPROVIDO, POR MAIORIA.”²

Assim, verifica-se que em caso de eventual condenação, a correção deve incidir a partir do ajuizamento da ação, nos moldes estabelecidos pelo art. 1º, da Lei 6.899/81, em seu § 2º, utilizando-se o índice INPC-IBGE, e juros de 1% ao mês a partir da citação.

3.5- Da limitação dos Honorários Advocatícios - Parte autora beneficiária da Justiça Gratuita

Em decorrência do princípio da eventualidade e sendo deferido o requerimento de assistência judiciária gratuita formulada pela parte autora, em caso de hipotética condenação, os honorários de sucumbência devem ser limitados a 15% (quinze por cento), na forma do artigo 11, § 1º, da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

O STJ já declarou válida esta limitação, entre outras oportunidades, no seguinte acórdão:

“O recorrente alega que o percentual de 12% fixado no arresto vergastado transbordaria os limites da Lei nº 1.060/50, que dispõe:

Art. 11. § 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

Não há violação à referida norma, à medida que a condenação, na verdade, ficou claramente abaixo da lide encimada. Com efeito, a sentença fixou os honorários em 10% do valor da condenação (fl. 42) e o acórdão recorrido somente o aumentou para 12% sobre a mesma base (fl. 198).”³

Bem assim, o CPC, em seu art. 20, estabelece que o valor dos honorários advocatícios, deve ser definido, levando em consideração o zelo profissional, local por onde tramita a ação, bem como o trabalho despendido em seu curso.

Ainda, é de solar clareza que as demandas que tratam do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, não exigem maiores esforços do profissional, haja vista que, se tratando de matéria de direito, não existem grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais capazes de ensejar dispêndio exacerbado de tempo para criação de teses jurídicas.

² TJRS, Apelação Cível Nº 70008363194, Relator: Ana Maria Nedelscalzilli, Julgado em 05/05/2005.

³ Superior Tribunal de Justiça. Resp. 569425. Quinta Turma. Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca

Portanto, tendo como teto 15%, os honorários de sucumbência, caso venham a incidir na hipótese em apreço, devem ser arbitrados em até 10% (dez por cento).

4-REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer que:

- a) Seja acolhida a preliminar de inépcia da petição inicial, mercê da ausência de documentação indispensável a propositura da demanda, qual seja, laudo pericial do IML (art. 5º, § 4º e §5º, da lei 6.194/74), extinguindo o processo, sem resolução do mérito;
- b) Rejeitada a preliminar suscitada, seja reconhecida a ausência de interesse de agir, mercê da carência da ação, extinguindo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC;
- c) Superado o pleito anterior, **sejam julgados improcedentes** todos os pedidos da presente ação, ante a plausibilidade das razões aqui apresentadas, extinguindo o processo com resolução de mérito, conforme disposto no art. 269, I, do Código de Processo Civil;
- d) Seja a parte Autora condenada no pagamento de honorários advocatícios, em razão da sucumbência;
- e) Subsidiariamente, acaso assim não compreenda o Julgador, requer sejam observados os parâmetros acima indicados, considerando, para cálculo da indenização, a incidência de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, com base no índice INPC-IBGE; e juros incidentes apenas a partir da citação válida, sob pena de violação aos dispositivos legais ressaltados;
- f) Em caso de eventual condenação, sejam os honorários de sucumbência limitados ao patamar de 10% (dez por cento), consoante capitulado no art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.
- g) Pugna pela produção de todos os meios de provas em Direito admitidas, especialmente pericial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aracaju/SE, 16 de março de 2015.

Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/SE 631-A

Verônica Gonçalves Magalhães de Castro
OAB/SE 4.168

CÁLCULOS CONDENAÇÃO

Valor da condenação: R\$ 1.012,50

Termo inicial da CM (do pgto adm): 29/09/2014

Juros (da citação): 27/02/2015

Honorários: 20%

Resultado do Cálculo (em Real)

CORREÇÃO MONETÁRIA

Atualizado até: 03/08/2016

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 27/02/2015

Percentual de Juros: 1,00%

VALORES DEVIDOS

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
29/09/2014	1.012,50	1,19320878	1.208,12	18,00%	217,46	1.425,58
Subtotal						1.425,58

ACESSÓRIOS

	R\$
Honorários de Sucumbência - Percentual: 20%	285,11
Subtotal	1.710,69
Total Geral	1.710,69

TOTAL DEVIDO: R\$1.710,69



Gerada em
04/05/2015
16:02:47

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro

TERMO DE AUDIÊNCIA

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Ação de Rito Sumário	Competência N. SR ^a APARECIDA	Ofício Único
	Situação ANDAMENTO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SR ^a APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Reu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ - 631-A/SE



PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE SERGIPE

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS

DISTRITO JUDICIÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE

Rua Presidente Médice, s/n, CEP 49540-000

Fone: 79-3483-1380

Pregão:201582200011

RG/OAB

VALDOMIRO SILVA NUNES

Reclamante

Presente

JAQUELINE SANTANA DOS Advogado(a) do reclamante
SANTOS – OAB/SE 7192

Presente

SEGURADORA LIDER DOS
CONSÓRCIOS DE SEGURO
DPVAT

Reclamado

Presente

MARCIO VAGNER DE JESUS
SILVA – OAB/SE 6842

Advogado do reclamado

Presente

Termo de Audiência

Aos 30.04.2015, às 10:57h, nesta cidade de NOSSA SENHORA APARECIDA no Fórum Local, Comarca de Ribeirópolis(SE), onde presente se achavam o Conciliador **Alberlito Andrade Silva**, declarada aberta a audiência e apregoadas as partes e respectivos Advogados e/ou defensor acima identificados. Aberta a audiência, o requerido juntou carta de preposição e substabelecimento. Proposta a conciliação, a mesma restou infrutífera. Já consta nos autos contestação e réplica da parte autora. As partes pugnaram pelo prosseguimento do feito. A reclamada reiterou o pedido de depoimento pessoal do autor bem como realização de perícia. **DELIBERAÇÃO:** faço os autos conclusos para julgamento. Presentes intimados. Nada mais havendo foi o presente encerrado. Eu, _____, **Alberlito Andrade Silva**, Técnico Judiciário da Secretaria Judicial da Secretaria Judicial, o digitei e subscrevo.

Alberlito Andrade Silva

Conciliador - Mat. 7212

Jocelaine Costa Ramires de Oliveira
Juiz(a) de Direito

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe****DECISÃO OU DESPACHO****Dados do Processo**

Número 201582200011	Classe Procedimento Sumário	Competência Nossa Senhora Aparecida
Guia Inicial 201612700778	Situação JULGADO	Distribuído Em: 09/01/2015
Julgamento 02/06/2016		Caixa 6

Dados da Parte

AUTOR	VALDOMIRO SILVA NUNES 58802207534	Advogado: JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT 09248608000104	Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918-A/SE

Processo nº: 201582200011

DESPACHO

R. Hoje,

Cadastre-se as petições de fls.119/120 como "Cumprimento de Sentença", acostando aos novos autos cópias da sentença, do acórdão, da certidão de trânsito em julgado, das petições que informam o cumprimento da obrigação e deste expediente.

Após, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de quitação plena e consequente extinção do presente feito.

Ademais, mantenham-se estes autos na Secretaria até o julgamento do cumprimento de sentença.

Em, 17 de Outubro de 2016.

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

GBO

Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino

Juiz(a) de Direito



Gerada em
17/06/2015
17:17:33

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Nossa Senhora Aparecida
Rua Presidente Medici, S/N - Centro

DECISÃO OU DESPACHO

Dados do Processo

Número 201582200011	Classe Ação de Rito Sumário	Competência N. SR ^a APARECIDA	Ofício Único
	Situação ANDAMENTO	Distribuído Em: 09/01/2015	Local do Registro N. SR ^a APARECIDA

Dados da Parte

Autor	VALDOMIRO SILVA NUNES	Advogado(a): JAQUELINE SANTANA DOS SANTOS - 7192/SE
Reu	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT	Advogado(a): MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ - 631-A/SE

Processo nº: 201582200011

DESPACHO

1- Considerando que as circunstâncias constantes dos autos evidenciaram ser improvável a solução do litígio mediante conciliação entre as partes, conforme termo de audiência de fls. 59, passo ao que determina o art. 331, §2º do Código de Processo Civil:

Em sua peça de defesa, a requerida alega, preliminarmente, a inépcia da inicial, ante a ausência de laudo do IML e a falta de interesse de agir.

Com relação à inépcia da inicial por ausência de laudo do IML, a fim de provar a invalidez permanente do requerente. Tal alegação não merece guarida, tendo em vista que comprovada a ocorrência do acidente por meio de boletim de ocorrência policial (fls. 14), preenchidos estão os requisitos legais a ensejar a indenização reclamada, prevista no artigo 5º da Lei 6.194/74, a saber:

“Exige-se para pagamento da indenização a simples prova do acidente e do dano ocorrente”.

Ademais, vale destacar que houve pagamento administrativo por parte da seguradora, frisando-se que no documento de fls. 10 consta sinistro de invalidez. Assim, resta comprovada a ocorrência do acidente e do dano causado, não havendo que se falar em ausência de documentos, pois a quitação parcial serve como uma prova de que houve invalidez permanente. Por conseguinte, é forçoso afastar a preliminar de inépcia da inicial aduzida na defesa.

Em relação a preliminar de falta de interesse de agir, suscita a empresa demandada que o reclamante firmou administrativamente pacto consensual com si, dando ampla, geral e irrevogável quitação ao valor recebido. Esclarece que deve ser observada a transação realizada, sendo esta, uma das formas de extinção das obrigações, só desconstituindo-a se houver vício de consentimento.

No entanto, analisando os autos, percebe-se que a presente demanda envolve complementação de pagamento do seguro obrigatório, acerca do qual é assente a posição do Superior Tribunal de Justiça de que a quitação do valor já recebido pela parte requerente não significa renúncia ao seu direito, que é assegurado por lei, havendo extinção da obrigação tão somente no que diz respeito ao *quantum* quitado pela seguradora.

Logo, rejeito as preliminares arguidas em sede de contestação.

No mais, partes legítimas e bem representadas. Presente o interesse.

Fixo como ponto controvertido o grau de invalidez da parte autora.

Dou o feito por saneado. Não ocorre nenhuma hipótese de extinção do processo (CPC, art. 329).

Este juízo entende ser necessário a confecção de laudo pericial para averiguar a incapacidade da parte autora.

Oficie-se o Tribunal de Justiça do Estado para que disponibilize perito, com especialidade **ORTOPEDIA**, apto a averiguar se a autora está incapacitada para exercer sua profissão em decorrência da doença.

Arbitro honorários a favor do perito no importe de R\$ 788,00.

Após, intimem-se as partes, para que compareçam na data, horário e local marcados.

Em 5 (cinco) dias indiquem as partes assistentes técnicos e apresentem quesitos.

Outrossim, desde já apresento os seguintes quesitos:

1 - O acidente automobilístico sofrido pela autora ocasionou invalidez permanente?

2 - As lesões diretamente decorrentes do acidente são suscetíveis de amenização por alguma medida terapêutica?

3 - Em caso de resposta positiva ao primeiro quesito, a invalidez permanente foi total ou parcial?

4 - Se parcial, a invalidez foi completa ou incompleta?

5 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e completa, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74?

6 - Caso a invalidez permanente tenha sido parcial e incompleta, a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da Lei nº 6.194/74? E as perdas podem ser consideradas de repercussão intensa, média, leve ou é o caso de ocorrência de sequelas residuais?

Com recebimento do resultado do exame, intimem-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Ribeirópolis/SE, 09/06/2015.

Juíza de Direito

ANA MARIA ANDRADE FREIMAN BARROZO

Juiz(a) de Direito

RELATÓRIO DE PERÍCIA MÉDICA

A perícia médica não tem por fim o julgamento de causa, mas sim o fornecimento de provas objetivas para que isso seja bem executado pelo magistrado.

PREÂMBULO

Em resposta a intimação do Excelentíssimo Sr. Juiz, para realização de exame no Sr. VALDOMIRO SILVA NUNES, brasileiro, masculino, residente e domiciliado no Povoado Algodão – Nossa Senhora Aparecida-SE. Processo 201582200011.

Perícia realizada no horário aprazado, estando o periciando sem acompanhantes, sem assistente técnico das partes.

HISTÓRICO

Os dados abaixo relacionados representam uma síntese de todo o histórico médico de sinais e sintomas, antecedentes, e fatos de interesse para esta perícia, baseado em relato espontâneo do periciando ou interrogação e constatação pelo exame do perito.

HISTÓRIA

O requerente refere acidente de motocicleta em agosto de 2014, sofrendo fratura polegar esquerdo.

EXAME FÍSICO GERAL E ESPECIALIZADO

GERAL

Periciando (a) com tipo constitucional normolíneo, bom estado geral, bem trajado (a), consciente, contactuante, orientado (a) no tempo e no espaço, normocorado (a), hidratado (a), normotensão (a), eupneico (a). As características físicas exibidas são: compatíveis com o sexo, tipo étnico e idade.

ESPECIALIZADO

INSPEÇÃO

Geral

Marcha em atitude normal. Relação normal dos segmentos corporais. Trofismo muscular, simetria, forma e volume articular globalmente preservado. Ausência de máculas e tumorações.

Membros Superiores

Ombro e cotovelo sem deformidades, simétricos e tróficos. Ausência de deformidades em mãos (garra ulnar, botoeira, martelo). Cicatriz cirúrgica polegar esquerdo.

Tronco

Implantação do cabelo normal, escoliose e gibosidades ausentes. Cifoses e lordoses dentro dos padrões da normalidade.

Membros Inferiores

Desvios e angulações de joelhos ausentes no plano coronal e sagital. Arqueamento tibial, alinhamento das pernas, relação dos maléolos, silhueta do pé, arco plantar longitudinal e angulação do retropé dentro dos padrões da normalidade.

Paulo Cândido da Silva Júnior
Médico de Medicina Geral e Especialista em Medicina Legal
CRM-SE 3726 - CRF-SE 110.571-12

PALPACÃO

Temperatura e textura cutânea dentro da normalidade; eminências ósseas, ventres musculares e tendões palpáveis com ausência de crepitação, sinais flogísticos ou sinais de ruptura; e tumorações ausentes em membros superiores, membros inferior e tronco.

GRAU DE MOBILIDADE

Membros Superiores

Déficit de mobilidade polegar esquerdo.

Tronco

Coluna cervical e coluna toracolombar (flexo-extensão, rotação e inclinação lateral), sem sinais de limitação da amplitude de movimento.

Membros Inferiores

Quadríz (extensão, rotação interna, rotação externa, flexão, abdução e adução); Tibiotársica (dorsiflexão e flexão); Subtalar (inversão e eversão); Mediotársica (adução e abdução); Metatarso-falangeanas (flexão e extensão) e Interfalangeana do hálux (flexão e extensão) com amplitudes de movimento simétricas e sem sinais aparentes de bloqueio articular.

EXAME NEUROLÓGICO

Membros Superiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo braquial; e aos nervos ulnar, mediano e radial. Ausência Sinal Hoffman.

Tronco

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes aos dermatomos correspondentes a esta área corporal

Membros Inferiores

Exame de sensibilidade: Sem sinais de déficits de sensibilidade referentes às raízes do plexo lombossacro e cauda equina; e ao nervo safeno (L4), fibular superficial e profundo (L5) e sural (S1). Sinal de Lasegue ausente bilateral, reflexos normais.

Exame muscular: Quadríz (flexores adutores, abdutores e extensores); Joelhos (extensores e flexores); Tornozelos e Pés (dorsiflexores, flexores plantares e fibulares) sem sinais aparentes de déficits de força.

EXAME VASCULAR

Membros superiores

Pulsos: apresentando pulso braquial, radial e ulnar presente, simétrico e de boa amplitude.

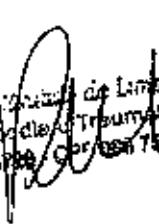
Sem edema ou sinais de estase venosa nos membros.

Membros Inferiores

Pulsos: apresentando pulso femoral, poplíteo, tibial posterior e do dorso do pé presentes, simétrico e de boa amplitude.

Sem presença de veias varicosas, edema ou sinais de estase venosa.

EXAMES SUBSIDIÁRIOS


 Dr. Lima Júnior
 Especialista em Traumatologia
 CRM 3769 - CRB 150.817-12

74

Os exames aqui apresentados são os julgados de relevância para o caso, devidamente respaldados por seus executores, podendo ter sido solicitados por outro profissional da área ou por este perito.

Radiografia mão esquerda, evidenciando fratura polegar fixada com fios.

DISCUSSÃO

O texto abaixo versará sobre o caso em questão, levando em conta os dados obtidos pela história clínica, exames subsidiários, e dados relevantes dos autos do periciando, acrescido da impressão e argumentação técnica do perito.

O trauma representa um grave problema de saúde pública: é a principal causa de óbito em jovens e atinge uma faixa produtiva da população. Além do grande número de mortes, provoca um número maior ainda de casos de invalidez, acarretando enormes sofrimentos humanos e gastos públicos.

Atualmente tem aumentado vertiginosamente o índice de acidentes no trânsito e esses geralmente envolvem vítimas de faixa etária compreendida entre os 18 e 45 anos, podendo ocasionar-lhes graves sequelas, furtando-lhes potenciais anos de vida produtiva.

A prevenção do trauma representa uma estratégia fundamental para a diminuição desses casos, com resultados mais palpáveis nas mortes imediatas. Medidas como diminuição do limite de velocidade nas estradas, sanções rigorosas aos infratores das leis de trânsito, uso obrigatório de cintos de segurança, de capacetes para os motociclistas, proibição de vendas de bebidas alcoólicas em restaurantes e bares à beira das estradas, fiscalização policial com bafômetros, são todos fatores que visam combater a ocorrência e os efeitos dos traumas.

A fratura é o resultado de uma força violenta aplicada contra o corpo. Em última análise, devemos compreender que a energia absorvida irá afetar não só os ossos, mas principalmente os tecidos moles que o envolvem, determinando lesões de vários graus de complexidade.

Fraturas expostas são aquelas nas quais uma ruptura da pele e dos tecidos moles subjacentes se comunica diretamente com o osso fraturado e o hematoma resultante. O prognóstico relativo às fraturas expostas será determinado principalmente pelo volume de tecidos moles desvitalizados causados pela lesão e pelo nível e tipo de contaminação bacteriana.

O objetivo mais importante, que constitui em última instância o objetivo máximo do tratamento das fraturas expostas, é restaurar o membro e a funcionalidade do paciente, tão rápida e completamente quanto seja possível.

As fraturas da mão são as mais incidentes do esqueleto em todas as faixas etárias, sendo que em mais de 80% dos casos são fraturas das falanges, geralmente por traumas de baixa energia. Em alguns casos podem levar a graves sequelas da mão acometida, pois pode gerar déficits de mobilidade ou amputações traumáticas, levando a um prejuízo estético e funcional. Podem ser conduzidas com tratamento conservador ou cirúrgico, a depender do local acometido e da gravidade da fratura.

Em alguns traumas a magnitude da energia do trauma pode levar a uma completa inviabilidade do membro afetado, sendo os pontos de extrema importância para a decisão de viabilidade do membro a energia do trauma, o grau de contaminação da lesão, a grau de isquemia do membro e a idade e condições clínicas do paciente.

Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de fratura de polegar esquerdo (Cid: S62), apresentando invalidez parcial completa 25%.

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de **fratura de polegar esquerdo (Cid: S62)**, apresentando invalidez parcial completa 25%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 61:

- 1) Sim.
- 2) Sim, já realizadas.
- 3) Parcial.
- 4) Completa.
- 5) 25%, perda mobilidade polegar.
- 6) -

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 67:

- a) Sim. Sim.
- b) Acidente narrado.
- c) Membro. Fratura polegar esquerdo.
- d) Parcial.
- e) Completa 25%.
- f) Não.
- g) Valor totalx25%.

Ass. Dr. Cândido de Lima Júnior
Ortopedia e Traumatologia
cremese 3726 - CPF 046.817-42

Paulo Cândido de Lima Júnior
CREMESE 3726

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5^a ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10^a ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.

Ass. Dr. Cândido de Lima Júnior
Ortopedia e Traumatologia
cremese 3726 - CPF 046.817-42

1
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5869 de 11 de janeiro de 1973.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

THOMPSON, J. C. *Atlas de anatoma ortopédica de Netter*. Terezinha Oppido (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

HEBERT, S & XAVIER R. et al. *Ortopedia e Traumatologia: princípios e prática*. 3^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOPPENFELD, S. & BOER, P. *Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica*. 2^a ed. Editora: Manole, 2001.

LOVELL & WINTER. *Ortopedia Pediátrica*. Morrissey, R. & Weinstein, S. L. (org.) Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

1
Lima Junior
Ortopedia e Traumatologia
CRBM 1/2 06376 517-12

CONCLUSÃO

A conclusão aqui obtida foi fruto de um minucioso estudo do caso, acrescido da experiência e conhecimento do perito, baseado na boa prática e literatura médica vigente.

Levando-se em conta o diagnóstico do periciando de **fratura de polegar esquerdo (Cid: S62)**, apresentando invalidez parcial completa 25%.

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 61:

- 1) Sim.
- 2) Sim, já realizadas.
- 3) Parcial.
- 4) Completa.
- 5) 25%, perda mobilidade polegar.
- 6) -

RESPOSTAS AOS QUESITOS PÁGINA 67:

- a) Sim. Sim.
- b) Acidente narrado.
- c) Membro. Fratura polegar esquerdo.
- d) Parcial.
- e) Completa 25%.
- f) Não.
- g) Valor totalx25%.

Ass. Dr. Cândido de Lima Júnior
Ortopedia e Traumatologia
cremese 3726 - CPF 046.817-42

Paulo Cândido de Lima Júnior
CREMESE 3726

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, H. R. **Perícia Médica Judicial**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BARROS FILHO, T. E. P. **Exame físico em ortopedia**. São Paulo: Sarvier, 2001.

BUCHOLZ, R. W & HECKMAN, J. D. **Rockwood e Green: fraturas em adultos**. V. 1, 5^a ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

CANALE, S. T. **Cirurgia Ortopédica de Campbell**. Revisão Científica Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nascimento, F. G (trad.) v.III. 10^a ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2007.

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. Resolução CFM nº 1246/88 de 08 de janeiro de 1988.

Ass. Dr. Cândido de Lima Júnior
Ortopedia e Traumatologia
cremese 3726 - CPF 046.817-42